

MULHER E ESPORTE NO BRASIL: ENTRE INCENTIVOS E INTERDIÇÕES ELAS FAZEM HISTÓRIA¹

SILVANA VILODRE GOELLNER²

RESUMO

Este texto objetiva evidenciar que a participação das mulheres no esporte brasileiro, ainda que tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, merece ser analisada com cautela. Isso significa afirmar que não são iguais as condições de acesso e participação das mulheres, se comparado aos homens, no campo das práticas corporais e esportivas, seja no esporte de rendimento, no lazer, na educação física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, nos valores de alguns prêmios atribuídos aos vencedores e vencedoras de competições esportivas, entre outras. Ou seja, ao longo da história do esporte nacional foram e são distintos os incentivos, os apoios, as visibilidades, as oportunidades, as relações de poder, conferidos a mulheres e homens, seja no âmbito da participação, seja na gestão e administração.

PALAVRAS-CHAVE: mulher e esporte – práticas corporais e esportivas – participação em atividades físicas – educação física escolar.

INTRODUÇÃO

Terminados há poucos meses, os Jogos Olímpicos de Atenas ainda fazem reverberar em nós diferentes sentimentos, emoções, reflexões, discursos. Um deles refere-se ao número de atletas brasileiras

¹ Esse texto contempla algumas idéias da conferência “Mulher e esporte em perspectiva” proferidas em evento organizado pelo SEBRAE em Brasília, com participação do Ministério do Esporte, em março de 2004. Parte das reflexões aqui contidas estão publicadas também no texto “Mulher e esporte no Brasil: fragmentos de uma história generificada” do livro *O mundo psicossocial da mulher no esporte*, organizado por Antônio Carlos Simões e Jorge D. Knijnik, publicado pela Editora Aleph em setembro de 2004.

² Professora da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora do Centro de Memória do Esporte da mesma instituição e pesquisadora de produtividade em pesquisa do CNPq.

presentes neste evento, praticamente igual ao de homens.³ Na mídia esportiva não foram poucas as referências a essa “conquista”, cujas afirmativas, muitas vezes, ressaltavam o quanto as mulheres avançaram nesse território tido como de prevalência masculina.

Em que pesem as comemorações e as referências a essa conquista, vale ressaltar que nem sempre foram – e algumas vezes ainda não são – iguais as condições de acesso e participação das mulheres, se comparadas às dos homens, no campo das práticas corporais e esportivas, sejam elas no esporte de rendimento, no lazer, na educação física escolar, na visibilidade conferida pela mídia, nos valores de alguns prêmios atribuídos aos vencedores e vencedoras de competições esportivas, entre outras. Ou seja, ao longo da história do esporte nacional foram e são distintos os incentivos, os apoios, as visibilidades, as oportunidades, as relações de poder conferidos a mulheres e homens, seja no âmbito da participação, seja na gestão e administração.

A inserção das mulheres brasileiras no mundo do esporte data de meados do século XIX. No entanto, é a partir das primeiras décadas do século XX que a participação se amplia adquirindo, portanto, maior visibilidade. Vale lembrar que nos primeiros anos desse século, o Brasil desperta ansioso por civilizar-se. O desenvolvimento industrial, as novas tecnologias, a urbanização das cidades, a mão-de-obra imigrante, o fortalecimento do Estado, as manifestações operárias e os movimentos grevistas formam o tecido das novas demandas sociais, no qual circulam valores conservadores e revolucionários que tanto promovem a legitimação do já instituído, quanto procuram a experimentação de novas possibilidades culturais.

Nesses primeiros anos, sopram nas cidades brasileiras os ventos da modernidade e estas se agitam frente a inevitável urbanização, cujo ritmo fremente faz pulsar os espaços de circulação pública. A esse ordenamento corresponde outro olhar sobre a energia física dos indivíduos, observada como potencializadora de um gesto eficiente capaz de produzir mais e com maior rapidez. Aliada à expectativa do crescimento econômico, a educação do corpo é reconhecida como essencial ao desenvolvimento e fortalecimento da nação, desenhando outro estilo de vida: pública, coletiva, eufórica, cujas ofertas de diversão abraçam homens e mulheres, redimensionando hábitos e práticas cotidianas, acrescidas de inúmeras outras possibilidades. A rua será identificada como espaço a ser conquistado e, sob o signo do divertimento, colocam-se em

ação corpos e subjetividades por meio de práticas que promovem uma excitação física, sensorial e mental. Razão pela qual, a partir dos anos 20, os paulistanos incorporam em seu cotidiano atividades como os

esportes, danças, bebedeiras, tóxicos, estimulantes, competições, cinemas, shoppings, desfiles de moda, chás, confeitarias, cervejarias, passeios, excursões, viagens, treinamentos, condicionamentos, corridas rasas, de fundo, de cavalos, de bicicleta, de motocicletas, de carros, de aviões, tiros-de-guerra, marchas, acampamentos, manobras, parques de diversões, boliches, patinação, passeios e corridas de barco, natação, saltos ornamentais, massagens, saunas, ginástica sueca, ginástica olímpica, ginástica coordenada com centenas de figurantes nos estádios, antes dos jogos e nas principais praças da cidade (SEVCENKO, 1992, p. 33).

As práticas corporais e esportivas presentificam-se como acessível opção de divertimento. Proliferam, nos centros urbanos, os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as regatas, as travessias, as demonstrações atléticas, os clubes de ginástica, os certames esportivos, os parques de lazer, os campos de futebol, os estádios, ao mesmo tempo em que se multiplicaram os espectadores e os participantes. Como uma manifestação urbana em franca expansão, o esporte recheia com entusiasmo as horas de lazer imprimindo nas cidades a imagem do espetáculo.

Esta empolgação, aliada às notícias chegadas do exterior sobre a realização das Olimpíadas Modernas, foi responsável pelas primeiras incursões brasileiras no mundo esportivo internacional. O Brasil, ansioso por tomar parte do espetáculo fez sua estréia olímpica em 1920, na Antuérpia, quando participou em algumas provas de natação, remo, pólo aquático, saltos ornamentais e tiro ao alvo. A composição da nossa delegação colocava às claras que, nesse tempo, não havia ainda um sistema esportivo organizado no país e nossa participação foi mais estratégica do que representativa dos talentos esportivos nacionais. Os jogos da Antuérpia foram os primeiros a acontecer depois da guerra e os atletas, na sua maioria, eram ativos nas corporações militares estendendo para o campo esportivo o espírito aguerrido com que disputaram as batalhas, cuja vitória era sinônimo de prestígio individual e de soberania moral e cívica do Estado Nacional que representavam.

A expansão do fenômeno esportivo pode ser identificada como um dos motivos pelos quais foi possível participarmos dos Jogos Olímpicos

cos de 1924. Não foi o Estado constituído, nem as Forças Armadas nem a Confederação Brasileira de Desportos – criada em 1914 – que garantiu a viagem de nossos atletas. Foi o imprevisto de uns cidadãos e o entusiasmo de outros que garantiram nossa presença neste espetáculo mundial. Impulsionados por uma atitude esportiva e pela idéia da confraternização universal, alguns paulistas organizaram um movimento junto à Federação Paulista de Atletismo na tentativa de recolher recursos para enviar uma pequena delegação a Paris.⁴

Esse espírito entusiasta e pioneiro não se mantém por longo tempo. Na Olimpíada de 1928, realizada em Amsterdã, não houve rixa, esforço, indignação ou entusiasmo suficiente para garantir a presença brasileira: não fomos porque não havia verbas. Será em 1932 que novamente faremos parte do espetáculo e, neste momento, são outros os tempos e são outras as representações do esporte. Será ainda nesta Olimpíada, sediada na cidade de Los Angeles, que o Brasil registrará a participação da sua primeira atleta: a nadadora paulista Maria Lenk, então, com 17 anos de idade.

Ainda que as mulheres brasileiras não tenham começado a praticar esportes apenas a partir desta Olimpíada, a participação de Maria Lenk é um marco importante a ser registrado porque proporcionou a divulgação da imagem da atleta de competição num tempo em que à mulher correspondia mais a assistência do que a prática das atividades esportivas num grau competitivo. Identificada como de natureza frágil, nesse momento, circulavam vários discursos que alertavam para possíveis perigos que a prática competitiva poderia representar, entre eles, o da masculinização da mulher.

No Brasil, até meados do século XIX, a estrutura extremamente conservadora da sociedade não permitia às mulheres grande participação em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, uma vez que eram criadas para serem esposas e mães. Gradativamente esse quadro começa a mudar. Recém-independente de Portugal, o país se preocupa em ser reconhecido pelas grandes nações do mundo e, atento aos avanços europeus, incentiva o consumo de bens e costumes importados.

Junto com os ventos de mudança e inovações que vinham da Europa, chegam também os ecos das lutas femininas, que projetam novas perspectivas para as mulheres brasileiras como, por exemplo, o cuidado com a aparência, com a saúde e com maior presença na vida social das cidades. Obviamente, essa mudança foi lenta e mais significativa para

as mulheres das camadas mais ricas da sociedade, visto que tinham maior acesso às novidades do continente europeu.

Nesse sentido, é possível afirmar que a presença da mulher no mundo do esporte representa, ao mesmo tempo, ameaça e complementaridade: ameaça porque chama para si a atenção de homens e mulheres, dentro de um universo construído e dominado por valores masculinos e porque põe em perigo algumas características tidas como constitutivas da sua feminilidade. Complementaridade porque parceira do homem em atitudes e hábitos sociais, cujo exercício simboliza um modo moderno e civilizado de ser.

Elegantes, homens e mulheres da elite desfilavam, nos espaços públicos, seus aprendizados e talentos esportivos, afirmando também a superioridade da sua classe. Modalidades como o tênis e o hipismo, por exemplo, são anunciadoras de laços mais igualitários entre os sexos: o hipismo porque andar a cavalo é uma paixão antiga da oligarquia, tanto de homens como de mulheres e o tênis por estar identificado com a elegância das elites européias e pela possibilidade de ser jogado com graça, sem tirar da mulher seu encanto e feminilidade (SCHPUN, 1997).

É necessário lembrar, ainda, que neste período, as atividades físicas e esportivas praticamente inexistiam nas instituições de ensino. Elas passaram a se popularizar a partir da intervenção dos médicos higienistas que, sabedores da importância da educação do corpo, se encarregaram de divulgá-la ao conjunto da população, visto que exerciam grande influência na intimidade das famílias onde, em nome da educação física, moral, sexual e social, ditavam normas de comportamento, orientando a conduta de mulheres e homens sobre o asseio, os banhos, as vestimentas, os hábitos alimentares e a realização de atividades físicas.

Esse discurso aliado ao da construção de um projeto nacional de engrandecimento da Nação, interpela renomados intelectuais brasileiros que, efusivamente, começam a fazer referência ao esporte como forma privilegiada de se desenvolver ao máximo as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo na medida em que era capaz de atuar no equilíbrio funcional e morfológico dos indivíduos, aumentando, portanto, a saúde da população (DAOLIO, 2003; MELO; MANGAN, 1997).

Das várias ações a serem desenvolvidas para obtenção de tais objetivos, uma delas foi consensual e amplamente destacada: o fortalecimento do corpo feminino a ser conquistado através da prática de espor-

tes. A educação da mulher passa, portanto, a fazer parte de um projeto nacional que, em busca do embranquecimento e fortalecimento da raça, prescreve um conjunto de medidas profiláticas que objetivam definir, determinar, propor e impor um estilo de vida considerado higiênico e saudável.

Às mulheres são indicadas formas de comer, de falar, de se divertir, de trabalhar, de se embelezar, de se movimentar, de fazer amor, de se vestir, enfim, de se comportar. De todas estas prescrições uma será considerada como fundamental: a exercitação física (BESSE, 1996; GOELLNER, 2003).

Tanto quanto realizar um bom casamento, evitando por exemplo, as relações inter-raciais, fortalecer o corpo feminino passa a ser uma necessidade nacional (KEHL, 1937). Não é sem razão, portanto, que vários intelectuais de destaque reconhecem a prática do esporte como necessária às mulheres, ainda que sejam várias as restrições impostas e diversos os cuidados a serem seguidos (AZEVEDO, 1920; LOYOLLA, 1932).

Recomendações e prescrições, no que tange aos exercícios corporais femininos, direcionam-se para a preservação e constituição de uma boa maternidade considerada, neste momento, como a mais nobre missão da mulher, pois dela depende a regeneração da própria sociedade. Esses discursos podem ser localizados em diversos manuais e livros escritos no Brasil desde meados do século XIX e também nas revistas direcionadas especificamente para o público feminino.

Em 1898, Anália Franco editava em São Paulo uma revista educativa dedicada à juventude brasileira intitulada *Álbum das Meninas*. Em um de seus textos afirma:

A observação nos tem demonstrado que a nova geração já tão depauperada e anêmica, sendo como é obrigada a uma tensão extraordinária do espírito, pelos estudos [...], com poucos exercícios vigorosos e alegres, caminha do atrofiamiento da força física [...] a uma lamentável e funesta decadência. [...] não se pode desconhecer que o instrumento intellectual está também sujeito às enfermidades físicas e não pode dispensar um sangue rico, alimentado por um ar puro e regenerado por varios exercicios. Privadas d'uma completa liberdade de acção, tolhidas na sua actividade física, ora por mero erro de pedagogia, ou pela extulta e inepiedosa vaidade de tornal-as admiradas e agradaveis à vida, prejudicam gravemente a constituição das meninas, condenando-as à desventura por esse amor

desordenado pelas apparencias. Sem essa actividade alegre que lhes fortifica os pulmões e garante-lhes um salutar desenvolvimento, não só tornam-se incapazes de dirigirem ou acautellarem-se a si mesmas nas horas de perigo. Como tambem apresentam uma apparencia de palidez doentia, junto a uma certa timidez que geralmente acompanha a fraqueza [sic] (FRANCO apud DEVIDE, 2004, p. 127).

É nesse contexto, portanto, que o esporte vai aparecer como uma das possibilidades de participação social feminina, já que era considerado de caráter aristocrático, familiar e saudável. No Rio de Janeiro por exemplo, em 1911, registra-se a primeira prova feminina de remo,

essa regata foi levada a effeito, com grande exito, pelo Club Regatas Boqueirão do Passeio, que n'ella registrou, com a realização da prova feminina (por sua iniciativa corrida pela primeira vez n'esta capital), a mais bella e elevada conquista feita entre nós, pelo salutar *sport* do remo [sic!] (PAÇO, 1912, p. 2).

Na década de 1930, o entusiasmo com o esporte feminino adquire contornos quase eufóricos, motivo pelo qual a participação de Maria Lenk na Olimpíada foi bastante festejada. Em texto publicado na Revista Educação Physica, no ano de 1933, o professor da Escola Superior de Educação Physica de São Paulo, Américo R. Netto, assim proclama:

Foi o esporte que, realmente, modernizou a mulher. Antes d'elle a vida ao ar livre estava praticamente vedada. Chegava a conhecê-la de longe em longe, é certo, mas só em ocasiões em que os homens cuidadosamente preparavam. E restringiam. [...] Hoje, porém... Tudo mudou. O esporte chamou a mulher para o ar e para o sol. E também para a agua, esta irmã gemea do exercicio. Desmente-se, assim, a secular legenda do sexo que para ser bello devia ser debil, necessariamente. [...] Graças aos esportes, ella toma o seu quinhão – e que farto quinhão! – na grande vida das actividades physicas. Os habitos novos estão fazendo uma gente também nova. A languidez, tão cara aos românticos, já não existe, quasi. A saúde affirma-se. A vitalidade triumpho. Não há mais lentidões, temores nem desfallecimentos, agora que a mulher aprendeu a empunhar o volante do automovel e do aeroplano, embriagando-se com a velocidade das machinas de correr, ouvindo e entendendo o rythmo Z-bemól dos seus motores. Ella vive hoje mais e melhor porque sente e vibra num rythmo mais rapido, mais largo também.

[...] Esportes femininos... Quasi que não existem mais. A mulher já entrou bem decidida, no que os homens guardavam especialmente para elles. Não respeita mais privilégios nem exclusividades. Bem comprehende e sabe que a energia humana é, antes de tudo, força nervosa. E como a possui mais subtil e aguda, com ella quer triumphar. Deseja – e toma – os melhores lugares, ás vezes os primeiros. Fazendo-o, nada perde do seu encanto fundamental. E assim se explica o commovido assombro com que os homens do nosso tempo são forçados a consideral-a: – creatura nova de um tempo que, si não é de todo novo, resulta, pelo menos, bem differente [sic] (NETTO, 1933, p. 23-24).

Criatura diferente e também desestabilizadora porque colocava em suspeição uma representação de mulher arraigada aos valores da família, do recato e da honra. A ampliação da participação feminina em diferentes espaços sociais, dentre eles os esportivos, não se deu sem a presença de conflituosas reações, pois simultaneamente mesclava-se a herança de um recente passado colonial, agrário e cristão e o devir de um futuro moderno, industrial e não menos cristão de forma a equiparar duas exigências complementares e contrapostas: a permanência da mulher no lar porque mãe e guardiã dos valores morais da família e a sua fluência na rua porque integrante de uma cidade que principiava a oferecer extraordinárias novidades de consumo e diversão.

A prática esportiva, o cuidado com a aparência, a mudança de atitude, o desnudamento do corpo, o uso de artifícios estéticos por vezes eram identificados como de natureza vulgar não só por moralistas, médicos, juizes e religiosos, mas por grande parte das próprias mulheres que eram também portadoras de rígida moral, cujos preceitos denunciavam, nessa atitude modernizadora, um ato de desonra em especial porque pareciam abrandar o discurso da maternidade como uma obrigação feminina. Ou ainda, como sendo a mais nobre missão da mulher.

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Pareciam, ainda, desestabilizar o terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.

92 GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições...

Esse temor fez que, em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentasse ao Conselho Nacional de Desportos, algumas instruções que considerava necessárias para a regulamentação da prática dos esportes femininos. Estas serviram de base para a elaboração de um documento⁵ que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo.

Outras foram permitidas desde que praticadas dentro de determinados limites. O remo, por exemplo, poderia ser praticado desde que não fosse competitivo e objetivasse a correção de defeitos orgânicos; várias provas do atletismo poderiam ser exercitadas desde que exigissem menos esforços que as masculinas. Como finaliza o documento:

deve ser terminantemente proibida a prática do futebol, rugby, polo, water-polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao sexo feminino (REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA, 1941, p.78).

Mesmo que esse documento e outros criados posteriormente se tornassem oficiais, é pertinente dizer que a vida lhes escapa. As práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais, aderiram a sua prática independente do discurso hegemônico da interdição. Incentivadas ou não, a participarem de determinadas modalidades, a ampliação da participação feminina no esporte possibilitou a emergência de algumas competições de grande porte destinadas exclusivamente às mulheres.

Em 1935, por exemplo, surgiram os Jogos Femininos do Estado de São Paulo, que reuniram mulheres em atividades poliesportivas (TAVARES E PORTELA, 1998). Organizados por Mário Filho, os Jogos da Primavera foram criados em 1949 envolvendo clubes, escolas, associações, etc. (MOURÃO, 1998). Em Porto Alegre, Túlio de Rose criou, em 1954, os Jogos Abertos Femininos que aconteceram até meados da década de 1960. Na abertura dos Jogos em 1958, por exemplo, compareceram mais de 30.000 pessoas para prestigiar o início do evento, cujas provas duraram meses e mobilizaram a cidade (FOLHA ESPORTIVA, 1957).

Essas competições possibilitaram a emergência de atletas mais qualificadas para disputar eventos nacionais e internacionais. Muitas das garotas que participaram destas edições dos Jogos Femininos eram ou

se tornaram atletas de equipes nacionais e estaduais. Já no final dos anos 50 e no início dos 60, o Brasil viu despontar outra expressão feminina no esporte nacional, logo transformada em ícone: a tenista Maria Esther Bueno, que conquistou espaço no cenário esportivo internacional ao vencer o Campeonato de Wimbledon nos anos 1959, 1960 e 1965, na categoria individual, e em 1958, 1960, 1963, 1965 e 1966, na categoria de duplas. Em 1964, teremos Aida dos Santos, única mulher da delegação brasileira a ir aos Jogos Olímpicos de Tóquio e que bravamente conquistou o 4º lugar no salto em altura, sem que tivesse técnico nem mesmo as sapatilhas adequadas para a competição.

A partir da segunda metade do século XX, modalidades como voleibol, basquetebol, natação, tênis e atletismo tornam-se cada vez mais praticadas, possibilitando que a participação das mulheres nas competições nacionais e internacionais tivesse, também, um significativo avanço. Os campeonatos nacionais, sul-americanos, pan-americanos e mundiais contaram sempre com a participação das mulheres, cujos resultados começaram a destacar-se, em especial, nos esportes coletivos. No voleibol, as brasileiras já foram vitoriosas nos campeonatos pan-americano e mundial. No basquete, foram campeãs mundiais em 1971 e não raras vezes figuraram entre as seis primeiras colocadas em campeonatos internacionais, inclusive nos Jogos Olímpicos (CUNHA JÚNIOR ET AL., 1999).

A participação das atletas brasileiras nos Jogos Olímpicos cresceu significativamente a partir dos anos 70, sendo que a primeira premiação com o ouro olímpico aconteceu em Atlanta, em 1996, no voleibol de praia em dupla. Nesta mesma Olimpíada, as brasileiras conquistaram a medalha de prata na mesma modalidade, prata também no basquetebol e bronze no voleibol. Os anos 80 e 90 caracterizam-se pela maior inserção das mulheres em esportes antes considerados como violentos para a participação feminina em que o judô, o pólo aquático, o handebol e o futebol são exemplos a serem considerados.

Apesar da sempre crescente presença feminina na vida esportiva do país, a situação atual das mulheres deve ser avaliada com cautela. Mesmo que a participação delas como esportistas seja significativa, ainda é consideravelmente menor que a dos homens. Esta diferença pode ser identificada nas mais diversas instâncias em que se praticam as atividades corporais e esportivas, tais como nos clubes esportivos, nas ati-

vidades escolares, nas áreas de lazer, na presença em estádios e ginásios como espectadoras e também nos meios de comunicação de massa, que destinam aos atletas homens maior destaque e projeção.

O futebol feminino – 4º lugar nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e medalha de prata em Atenas (2004) – exemplifica bem esta situação. O número de mulheres brasileiras que hoje praticam o futebol em clubes e área de lazer aumentou se comparado à década anterior. Porém, os campeonatos regionais são poucos, não há um evento de porte nacional, bem como não há um número considerável de mulheres nas comissões técnicas dos clubes de futebol feminino, nem no nível administrativo das entidades que regem este esporte. Além disso, vários preconceitos e estereótipos ainda cercam a prática das mulheres desta modalidade, tais como a associação de sua imagem à homossexualidade ou os perigos do choque da bola para sua saúde reprodutiva.

Vale ressaltar as inúmeras barreiras que Lea Campos enfrentou, na década de 1970, para se transformar em árbitra de futebol. Mineira de Belo Horizonte, Lea realizou curso de oito meses na escola de árbitros da Federação Mineira de Futebol, em 1967, mas só em 1971 teve seu diploma reconhecido pela FIFA. Para tanto não poupou esforços recorrendo até mesmo ao então presidente Emílio Garrastazu Médici para conseguir tal reconhecimento, pois a Confederação Brasileira de Futebol, segundo a Constituição, não permitia sua atuação (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Outro campo de atuação ainda muito restrito para as mulheres quando comparadas aos homens é a atuação delas como técnicas esportivas. Esse ainda é um espaço de domínio masculino, em especial, nas equipes de alto nível. E essa não é uma luta recente das mulheres. Merece destaque o trabalho de Benedicta Oliveira, pioneira no comando de uma equipe esportiva de alto nível – que começou a atuar como técnica das equipes femininas do Clube Espéria, em São Paulo no ano de 1963. Em 1965, foi convidada para ser técnica da seleção brasileira de atletismo e venceu o campeonato sul-americano disputado no Rio de Janeiro. Foi técnica da seleção paulista e técnica da seleção brasileira nos campeonatos sul-americanos de 1965 a 1975, supervisora das equipes femininas brasileiras de atletismo nos Jogos Pan-americanos de 1971, 1975 e 1983 e nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976. Atuou como técnica até 1995, quando se aposentou (OLIVEIRA, 2002).

Para finalizar, chamamos a atenção para uma questão que merece nossa atenção quando o tema é mulher e esporte no Brasil. Trata-se da inexpressiva participação da mulher nos setores de organização e de direção do esporte, como por exemplo, nas federações e confederações esportivas e no Comitê Olímpico Brasileiro, cujos cargos permanecem sob o domínio dos homens mesmo após a indicação do Comitê Olímpico Internacional, em 2000, de que os Comitês Nacionais procurassem promover estratégias de inserção da mulher nos cargos de comando, de forma a se aproximar do percentual de 10% (PFISTER, 2003).

Enfim, mesmo que a participação feminina tenha aumentado significativamente nos últimos vinte anos no que diz respeito à atuação como atleta de alto nível, ainda é muito restrita sua inserção na gestão esportiva. No Brasil, apenas a Confederação Brasileira de Ginástica é dirigida por uma mulher: Vicélia Angela Florenzano,⁶ sendo que nas Federações Esportivas o índice não chega a 1%.

Enquanto no século XIX, a participação das mulheres em eventos esportivos restringia-se basicamente a assistência e ao acompanhamento dos maridos, com pouca participação ativa nas provas, ela é hoje muito mais ampla e diversificada. Todavia, isso não significa afirmar que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no campo esportivo ou que preconceitos quanto à participação feminina inexistam. Não é raro, ainda hoje, encontrar nas escolas de primeiro e segundo grau disparidades relevantes no que se refere ao acesso de meninas e meninos nas atividades físicas realizadas nas aulas de educação física e/ou no âmbito do esporte educativo. Não é raro também a espetacularização e exposição do corpo da atleta como uma forma de erotização, de exaltação da beleza e da sensualidade.

Cabe aqui uma pergunta: Sendo o campo esportivo um espaço de espetacularização do corpo, que efeitos a participação das mulheres tem produzido nesse universo culturalmente virilizado? Será que a espetacularização das *performances* femininas, não mais vinculadas à preparação para a maternidade como outrora fora, se constitui como um espaço de expressão e de liberdade ou de inclusão a um ideal de corpo que valoriza a beleza, a juventude, a *performance* e o rendimento atlético?⁷

Muitas são as possíveis respostas a essa questão e são temerárias as generalizações. Mais do que resposta, talvez seja a pergunta àquela

que pode e deve permanecer ao final da leitura deste texto. Afinal, não podemos esquecer que, na sociedade contemporânea, o esporte é um palco privilegiado para a exposição de corpos que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos.

Assim, se o esporte se traduz como um importante elemento para a promoção de uma maior visibilidade das mulheres no espaço público e se, ao longo da história do esporte nacional, houve a projeção de vários talentos esportivos femininos, vale registrar que essas conquistas resultam muito mais do esforço individual e de pequenos grupos de mulheres (e também de homens) do que de uma efetiva política nacional de inclusão das mulheres no âmbito do esporte e das atividades de lazer. Enfim, ainda que há muito tempo muitas delas protagonizam histórias no mundo do esporte, em se tratando de Brasil há, sim, um mundo a se fazer.

They make history between incentives and hindrances

ABSTRACT

This text aims at giving evidence that women's participation in Brazilian sports, despite a substantial increase in the last decades, deserves to be analyzed with caution. It implies in affirming that the conditions for access and participation in sports and body practices, be it in performance sports, leisure, or school physical education are not equal between men and women in terms of the visibility given by the media, the value of prizes awarded to the winners in sports competitions, among other issues. In other words, along the history of sports in Brazil there have been differences among the incentives, the sponsorships, the visibility, the opportunities and the power relations conferred to men and women, be it in terms of participation or in sports management.

KEY WORDS: women and sports – body and sports practices – participation in physical activities – school physical education.

Entre incentivos e interdiciones ellas hacen historia

RESUMEN

Este texto objetiva evidenciar que la participación de las mujeres en el deporte brasileño, aunque haya aumentado significativamente en las últimas décadas, merece ser analizada con cautela. Eso significa afirmar que no son iguales las condiciones de acceso y participación de las mujeres, comparándose a los hombres, en el campo de las prácticas corporales y deportivas, sea en el deporte de rendimiento, en el ocio, en la educación física escolar, en la visibilidad conferida por los medios, en los valores de algunos premios atribuidos a los vencedores y vencedoras de competiciones deportivas, entre otras. O

sea, a lo largo de la historia del deporte nacional fueron y son distintos los incentivos, los apoyos, las visibilidades, las oportunidades, las relaciones de poder, conferidos a mujeres y hombres, sea en el ámbito de la participación, sea en la gestión y administración.

PALABRAS-CLAVE: mujer y deporte – prácticas corporales y deportivas – participación en actividades físicas – educación física escolar.

NOTAS

- ³ Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro, a delegação brasileira foi formada com a participação de 125 atletas homens e 122 atletas mulheres.
- ⁴ Nessa edição dos Jogos, fomos representados por 11 atletas homens.
- ⁵ Decreto-Lei n.º 3199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941.
- ⁶ A listagem das Confederações Esportivas pode ser encontrada no *site* do Comitê Olímpico Brasileiro: <http://www.cob.org.br/default2.asp>.
- ⁷ Não é raro encontrarmos em diferentes instâncias culturais, inclusive as esportivas, discursos que associam a participação feminina nos esportes à aquisição e manutenção de um corpo belo. A própria imprensa esportiva tem sido um espaço a valorizar essa relação. Algumas vezes mais do que os sucessos e talentos esportivos, ao referir-se às mulheres atletas não deixa de mencionar aspectos relativos à aparência física, em especial, à beleza. Não podemos deixar de lembrar que, para muitos desses discursos, a beleza é, para a mulher, uma obrigação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. *Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. São Paulo: Melhoramentos, 1920.

BESSE, S. K. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil. 1914-1940*. North Carolina: University of North Carolina Press, 1996.

CUNHA JÚNIOR, C.; ALTMANN, H.; GOELLNER, S. V. e MELO, V. A. de. Women and sports in Brazil. In: CHRISTENSEN, K. *International Encyclopedia of Women and Sport*. USA: Macmillian, 1999.

98 GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições...

DAOLIO, J. Ordem e (des)ordem na educação física brasileira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Santa Maria, n. 25, p.115-128, 2003.

DEVIDE, F. P. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. *Revista Movimento*, v. 10, n. 2, mai.-ago. 2004.

FOLHA ESPORTIVA. Jogos Abertos Femininos. Porto Alegre, 1957.

GOELLNER, S. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

KEHL, R. *Porque sou eugenista*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937.

LOYOLLA, H. A importância da Educação Física. *Revista Educação Physica*, n. 66, p. 15-20, 1932.

MELO, V.; MANGAN, J. A web of the wealthy: modern sport in the nineteenth century culture of Rio de Janeiro. *International Journal of History of Sport*, n. 14, p. 12-34, 1997.

MOURÃO, L. *A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: UGF, 1998.

NETTO, A. Esporte libertador da mulher. *Revista Educação Physica*, n. 10, p. 23-24 e 92, jun.1933.

OLIVEIRA, G. A. S. *Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comendo de equipes esportivas de alto nível*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: UGF, 2002.

PAÇO, V. de. Os desportos no Rio – A “season” de 1912. *Tiro e Sport no Brazil*, 1912.

PFISTER, G. Líderes femininas em organizações esportivas – tendências mundiais. *Revista Movimento*, v. 9, n. 2, mai.-ago. 2003.

REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA, n. 59, Rio de Janeiro: Editora do Brasil, 1941.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. *Dicionário de mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHPUN, M. R. Códigos sexuados e vida urbana em São Paulo: as práticas esportivas da oligarquia nos anos vinte. In: SCHPUN, M. R. (org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TAVARES, O.; PORTELA, F. Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935): a primeira “olimpíada” feminina do Brasil. In: Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 6, 1998, Rio de Janeiro, *Anais ...* Rio de Janeiro: Gama Filho, 1998, p.74.

Recebido: 30 de setembro de 2004
Aprovado: 20 de outubro de 2004

Endereço para correspondência
ESEF-UFRGS
Rua Felizardo, 750 - Jardim Botânico
Porto Alegre – RS
CEP 90690-200
E-mail: goellner@terra.com.br
silvana@esef.ufrgs.br